

Associações Operárias Mutualistas e Recreativas em Campinas 1906-1931

Paula Christina Bin Nomelini¹ - PPG-UNICAMP

Ao analisar a historiografia brasileira sobre o trabalho e sobre a cidade de Campinas, há a constatação de que existem poucos estudos sobre associações mutualistas e recreativas² compostas por trabalhadores. Entretanto, a problematização dessas organizações operárias permite explorar a complexidade de significados e estratégias que o mundo do trabalho criou e mobilizou para assegurar melhorias na vida daqueles que se identificavam nas necessidades e experiências do cotidiano. A investigação sobre o histórico dessas associações operárias evidencia a composição da classe trabalhadora, quais os problemas permeavam a realidade desses associados e os modos como os trabalhadores se articulavam para responder a essas demandas.

A compreensão sobre a estrutura e o funcionamento dessas sociedades permite visualizar as mudanças e permanências no modo de organização dos trabalhadores, localizando o espaço social e político de atuação das associações mutualistas e recreativas, as relações construídas entre elas e com os outros setores. A partir desse objeto de estudo, é possível explorar a maneira dinâmica como ocorre a construção de identidades pelos operários. A administração dessas associações indica como os trabalhadores pensavam soluções para as áreas da saúde, da assistência e do lazer, estabelecendo um diálogo com outros setores sobre essas questões sociais discutidas, nos anos 1920, no âmbito político. A partir da documentação produzida pelas sociedades mutualistas e recreativas de Campinas³, de almanaques, jornais e publicações locais, de processos e da legislação municipal, estadual e federal, é possível investigar a atuação histórica dos trabalhadores campineiros durante os anos de 1906 a 1930. Esse recorte evidencia a construção, pelos associados, de determinados significados sobre essa experiência associativa. Desde 1906, a maior parte das sociedades mutualistas e recreativas existentes em Campinas encontravam-se estabilizadas ou eram fundadas, marcando um momento de grande mobilização trabalhadora. A greve de 1906 dos ferroviários da Companhia Paulista confirma

essa tendência, reforçando a importância, para os trabalhadores, da manutenção da autonomia nessas associações⁴. Após 1931, o governo federal passa a elaborar um discurso e uma legislação que deslegitima a prática associativa autônoma entre os trabalhadores. Essa ameaça surgiu como um novo desafio para a manutenção das sociedades mutualistas e recreativas, que mobilizaram novas funções e discursos⁵ para atraírem associados. A partir da década de 1930, não foram fundadas novas organizações operárias desse tipo na cidade.

No início do século XX, Campinas possuía expressivo número de associações mutualistas e recreativas administradas por trabalhadores⁶. Os associados eram em sua maioria homens, de variadas profissões (diversas funções exercidas nas ferrovias, pintores, marceneiros, operários, ajustadores, carpinteiros, caldeireiros, ferreiros, barbeiros, serradores, sapateiros, bombeiros, trabalhadores, pedreiros, mecânicos e aprendizes), de diversas nacionalidades (alemães, italianos, portugueses, espanhóis, descendentes de imigrantes, brasileiros) e etnias (havia o convívio entre trabalhadores negros e brancos nas associações). Houve o registro da participação de mulheres apenas nas associações recreativas, onde elegiam uma diretoria própria (Sociedade Dançante Familiar União da Juventude) ou formavam comissões para organizar bailes e saraus dançantes (Luiz de Camões), estando ausentes na administração das associações de socorros mútuos, onde participavam apenas recebendo os votos de pesar e o auxílio-funeral⁷.

Esse quadro diversificado do mundo do trabalho em Campinas resulta do desenvolvimento comercial e industrial que a cidade vivenciou a partir da década de 1840, com a implantação do cultivo do café (1842), do trabalho imigrante (1850), da construção de ferrovias (1870/80), das indústrias de maquinário agrícola, chapéus e alimentos (1860)⁸. A epidemia de febre amarela nas décadas de 1880-90 interrompeu essa dinâmica, afugentando e dizimando grande parte da população. Porém, a cidade reestruturou-se para garantir as condições mínimas de saúde e higiene públicas, retomando um processo crescente de industrialização e urbanização.

O setor comercial se destacou na estruturação da economia, principalmente através dos armazéns, que vendiam produtos importados e nacionais, além de atuarem como comissários⁹. As indústrias com presença numérica mais expressiva na cidade durante a Primeira República eram as de fabricação de máquinas, de produtos alimentares e bebidas, de fumo, metalurgia, de móveis, de material de transporte, de sabão, vestuário, curtumes, tipografias, de cigarros, de chapéus, de flores artificiais, de pregos e de vassouras¹⁰. Além das Companhias de Estradas de Ferro Paulista (1872), Mogiana (1875), Sorocabana (1914), Funilense (1890) e Ramal Férreo Campineiro (1889), outro setor muito importante era o de oficinas mecânicas, de serralheria, de concertos, de torneiros, de funileiros, de caldeireiros, serrarias e fundições. Essas funções eram desenvolvidas na cidade desde a década de 1860, quando contabilizavam mais de 60 estabelecimentos¹¹. No início do século XX, conviviam no mercado grandes oficinas, como a Cia. Mac-Hardy (200 operários), e pequenas, como a oficina de torneiro Vicente Carricchio (2 operários)¹².

Nas três primeiras décadas do século XX, as agitações operárias e suas formas de organização, em diferentes correntes ideológicas, destacaram a existência de um problema social, que era tratado pelos setores estatal e patronal através da repressão violenta. Em Campinas, o período foi marcado por duas greves ferroviárias – em 1906, na Companhia Paulista, e em 1920, na Companhia Mogiana –, além da participação dos trabalhadores no movimento de greve geral em 1917 e 1919. A partir desses episódios, os operários que eram membros da Liga Operária de Campinas¹³ foram classificados como desordeiros, sendo perseguidos nos locais de trabalho e pela imprensa local, aumentando a fiscalização e a repressão a organizações que contrariassem a ordem social. As organizações operárias sem caráter sindical, tais como as mutualistas e as recreativas, permaneciam como alternativas de filiação para os trabalhadores, possibilitando o suprimento de parte das necessidades cotidianas e a construção de representações sociais que os evidenciava como cidadãos ativos no debate político. Os serviços prestados por essas associações amenizavam as péssimas condições de vida dos trabalhadores na cidade de Campinas,

permitindo a elaboração de redes de solidariedade e espaços sociais onde atuavam de forma mais independente, sem o controle direto de outros setores sociais¹⁴.

O fato de trabalhadores de diversos ofícios se identificarem como operários evidencia que a característica comum dessa vivência na cidade era a instabilidade diante a sobrevivência no presente e no futuro¹⁵. Uma das estratégias adotadas pelos trabalhadores para lidar com essa insegurança foi a organização dessas sociedades mutualistas e recreativas. Elas tinham uma função de remediar os problemas presentes, tais como o acesso ao lazer (oferecendo bailes, saraus, aluguel dos salões para outras entidades realizarem festividades e reuniões, possuíam bandas, músicos), acesso à cultura (ofereciam bibliotecas, aulas de música, de danças, convidavam oradores para discorrer sobre a associação ou temas relevantes em datas comemorativas) e educação (algumas associações ofereciam aulas para os filhos dos associados, e mesmo para os adultos). E também estavam voltadas para solucionar problemas futuros causados pela instabilidade da vivência como trabalhadores assalariados, tais como o auxílio-doença, auxílio-invalidez e auxílio-funeral.

Outro questionamento possível em relação ao significado dessa experiência associativa em Campinas busca respostas para interpretar a participação simultânea de trabalhadores em associações com fins semelhantes, baseadas nas identidades operária, italiana, espanhola, portuguesa e negra. Esse fato evidencia que a diversidade cultural que compunha a classe trabalhadora era mobilizada para que pudessem se unir de maneira autônoma, ampliando as possibilidades e espaços sociais que os representassem como cidadãos. A adoção de uma identidade por parte das organizações não excluía do quadro de associados membros que não se reconheciam naquela distinção. Por exemplo, entre os fundadores da Liga Humanitária dos Homens de Cor, havia trabalhadores brancos. Entretanto, é necessário investigar os limites desse convívio e os pontos de tensões gerados por essas diferenças. Ao analisar o funcionamento cotidiano da Sociedade Humanitária Operária, da Liga Humanitária dos Homens de Cor e da Sociedade Luiz de

Camões, é possível perceber que essas associações se comunicavam e se engajavam em discussões referentes ao grupo que as definiam. No caso da Liga, a sua correspondência era mais freqüente com organizações negras; a Sociedade Luiz de Camões mantinha estreitos laços com associações portuguesas, organizando eventos para celebrar a colônia portuguesa, e a Sociedade Humanitária Operária estabelecia contato com sociedades mutualistas de caráter classista.

A existência dessas diferentes identidades entre os trabalhadores de Campinas evidencia que a identidade operária convivia e, ao mesmo tempo, sofria restrições em detrimento das identidades nacionais e étnicas. Ou seja, havia a possibilidade da união dos trabalhadores em torno de um objetivo comum a partir da solidariedade operária, mas ela também podia ocorrer em função de outras identificações. Entretanto, é importante reconhecer que a solidariedade operária não era algo idílico, pois existiam diferenças e conflitos entre os associados, mas era algo funcional, permitindo a resolução de algumas necessidades cotidianas.

A administração dessas organizações era formal e rigorosa, seguindo um padrão para o registro nos livros de atas de sessões de diretoria e assembleias gerais, de contabilidade e de matrícula. Essas sociedades possuíam uma secretaria, responsável pela comunicação com outras organizações e com os associados; arquivos armazenando os ofícios e correspondências recebidas e enviadas, além de procuradores para o recebimento das mensalidades. Outros cargos fundamentais para o funcionamento das organizações eram os vogais, que fiscalizavam a atuação desses procuradores e dos associados; o tesoureiro, responsável pelo controle do caixa e do registro da movimentação financeira, além do presidente que respondia pelas ações da diretoria, substituído em casos extremos pelo vice-presidente.

As diretorias se reuniam uma vez por mês, em datas e horários fixos, com o objetivo de discutir as questões relevantes para o bom funcionamento das associações, resolvendo os conflitos internos, os problemas financeiros e elaborando planos para execução futura.

Na maior parte das associações, as diretorias permaneciam no comando por um ano, ocorrendo assembléias gerais para a eleição da nova diretoria, que coincidiam com o mês de fundação da organização.

Todos os associados, inclusive a diretoria, eram regidos pelos estatutos, elaborados por uma comissão especialmente nomeada para isso, e aprovados em assembléia geral. Qualquer mudança nas condições financeiras ou no funcionamento da sociedade poderia gerar modificações nos estatutos, pois os associados entendiam que é dever dos estatutos representar os interesses da maioria para o bom desempenho da organização. A função dos estatutos era reger a associação de maneira justa, salvaguardando os interesses da sociedade em prol do progresso, sendo respeitado por todos. Devido a esse papel fundamental, em muitas sociedades, os estatutos eram distribuídos para os associados a cada modificação, permitindo que todos conhecessem as regras que dirigiam aquela associação.

Em todas as sociedades analisadas, as diretorias eram eleitas por voto direto, individual e secreto, daqueles associados que estivessem em dia com o pagamento das mensalidades. Essa eleição ocorria nas assembléias gerais, convocadas pela diretoria nos jornais de circulação local, onde eram nomeados um presidente da mesa, para efetuar a distribuição das cédulas, e dois escrutinadores para a contagem dos votos.

A integração dos trabalhadores nesse esquema administrativo das associações mutualistas e recreativas resultava num convívio democrático que permitia aos associados interpretar o voto, o Estado e a legislação como equivalentes de sua experiência organizativa (voto, diretoria e estatuto), além de possibilitar que outros setores os reconhecessem como cidadãos. Ao utilizar um artigo do estatuto para requerer um direito garantido aos associados que cumprem com o seu dever, o trabalhador adquiria uma experiência que o munia de um conhecimento empírico sobre o modo como deveria agir em relação à legislação trabalhista que o governo federal elaborava¹⁶.

A relação entre as associações mutualistas e a lei Elói Chaves (decreto nº 4682, de 1923), que estabeleceu a adoção das Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs) para os trabalhadores de todas as companhias privadas de estradas de ferro, evidencia outra forma de aproximação entre a experiência dos trabalhadores associados e a legislação social. O modelo administrativo das CAPs remetia-se a várias práticas adotadas pelas sociedades mutualistas. Por exemplo, a base contratual para adquirir o direito à aposentadoria e a pensões (o pagamento de porcentagem para obter a aposentadoria era equivalente ao pagamento das mensalidades para as associações); a convocação de assembléia geral para eleição do conselho administrativo das CAPs (mecanismo utilizado pelas associações para eleição das diretorias). Outro item da lei de 1923 é a estabilidade no emprego para aqueles com mais de dez anos de trabalho, podendo ser demitidos somente mediante falta grave, comprovada em inquérito administrativo enviado ao Conselho Nacional do Trabalho (1923), garantindo o direito de defesa ao trabalhador. Ele também evidencia algumas correspondências com a experiência nas associações mutualistas: os associados que cometessem falta grave eram expulsos; denúncias dessas faltas poderiam ser rebatidas mediante apresentação de defesa à diretoria.

Uma hipótese elaborada a partir dessas constatações iniciais é a de que os trabalhadores campineiros, em busca por melhorias e garantias, se mobilizavam em greves, sabotagens, correntes do movimento operário¹⁷ e associações mutualistas e recreativas. Havia a possibilidade do confronto direto e da auto-gestão (administrativa e financeira) de soluções para as carências cotidianas, buscando nas negociações a garantia de um espaço social autônomo. A forma como as organizações mutualistas e recreativas eram administradas, os mecanismos que utilizavam para viabilizar o acúmulo de capital e a maneira como estabeleceram as regras para o convívio nesse grupo familiarizaram os trabalhadores com estruturas institucionais que, posteriormente, foram legitimadas como sendo governamentais.

¹ Mestrado em História Social do Trabalho – Unicamp; paula_nomelini@hotmail.com. Essa pesquisa tem o apoio financeiro da Fapesp (agosto/2004 a agosto/2006).

² Segundo Tânia de Luca, as sociedades mutualistas são “entidades que mediante contribuições mensais asseguravam aos sócios serviços previdenciários como tratamento médico, auxílio a doentes, inválidos, velhos e viúvas” (1990, p. 7). Além desses serviços, poderiam proporcionar festas, jogos, bailes, bibliotecas e palestras. As sociedades recreativas envolvem as organizações voltadas para a prática de jogos, da dança e da leitura. No funcionamento cotidiano dessas associações, a divisão das funções não é tão nítida, podendo oferecer diferentes serviços e se envolver em diversos acontecimentos sociais.

³ As associações pesquisadas são: Liga Humanitária dos Homens de Cor (1915), Sociedade Grêmio Luiz de Camões (1880), Centro Português 5 de Outubro (década de 1910), Sociedade Dançante Familiar União da Juventude (1901), Federação Paulista dos Homens de Cor (1903), Sociedade Beneficente Isabel a Redentora (1899), Sociedade Humanitária Operária (1898), Sociedade Amiga dos Pobres (1903).

⁴ De acordo com MANFRIM, Moacyr. *Caixas de Aposentadoria e Pensões dos ferroviários: um modelo previdenciário exclusivo (1923-1933)*. Dissertação de mestrado. Campinas: IFCH/Unicamp, 1998, a principal reivindicação dos ferroviários da Companhia Paulista na greve de 1906 era o fim da obrigatoriedade de associarem-se a sociedade beneficente administrada pela empresa.

⁵ A partir da aprovação da Lei Elói Chaves (1923), as sociedades mutualistas adotaram medidas que diferenciavam o pagamento de auxílios para os ferroviários, que os receberiam apenas em caso de doenças graves, pois já poderiam obter auxílios garantidos por lei. Além disso, a partir do final da década de 1920, o número de sócios remidos aumenta, sendo necessário estimular a entrada de novos sócios (principalmente, através da divulgação na imprensa local, de que um determinado mês permitiria a entrada na associação sem o pagamento de jórias). Outra mudança no funcionamento das sociedades, que viabiliza o funcionamento na década de 1930, é o empréstimo de dinheiro a partir de hipotecas, com registro do negócio em cartório e regulamentação pelos estatutos.

⁶ De acordo com levantamento prévio na documentação e bibliografia consultadas, nas primeiras décadas do século XX existiam 45 associações mutualistas e recreativas em funcionamento.

⁷ Um relatório da administração anual da Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos e Instrução de 1933 indica que essa sociedade possuía mulheres como membros contribuintes. Entretanto, é necessário maior investigação para confirmar se havia outras associações com essa característica.

⁸ *Monografia Histórica do Município de Campinas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1952; CAMILLO, Ema E. R. *Guia histórico da indústria nascente de Campinas (1850-1887)*. Campinas: Mercado das Letras, 1998.

⁹ A função de comissário era a de emitir dinheiro para bancos na Europa e conseguir crédito facilitado nessas instituições. Essa informação está baseada na análise dos anúncios apresentados nos almanaques de Campinas de 1892, 1908, 1912, 1914.

¹⁰ SEMEGHINI, Ulisses. *Do café a indústria*. Campinas : Unicamp/CMU, 1991 e Estatística Industrial. Relação de fábricas e oficinas do município de Campinas. *Boletim do Departamento de Indústria e Comércio*, nº 7 e 8, julho e agosto de 1920.

¹¹ *Monografia Histórica do Município de Campinas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1952.

¹² Estatística Industrial. Relação de fábricas e oficinas do município de Campinas. *Boletim do Departamento de Indústria e Comércio*, nº 7 e 8, julho e agosto de 1920.

¹³ Não há informações sobre a data de fundação da Liga Operária de Campinas, mas há registros sobre sua participação na greve da Companhia Paulista de 1906; sobre embates com a Igreja devido à criação de uma escola com concepções pedagógicas divergentes; a participação nos Congressos Operários de 1906 e 1913 e a criação de um jornal, *A Voz Operária* (01/05/1907), com influências do sindicalismo revolucionário. Alguns membros da Sociedade Humanitária Operária também integravam a Liga, que alugava sua sala como sede dessa associação mutualista até 1906, quando o envolvimento da Liga Operária na greve provocou o afastamento da Humanitária Operária. Nos registros das atas de sessões de diretoria da Liga Humanitária dos Homens de Cor, há a indicação de que em 1916, a Liga Operária deixou de existir, emprestando seu pavilhão social a Humanitária dos Homens de Cor. Porém, em 1917, a Liga Operária entre em contato para pedir o seu pavilhão social, pois retomaria suas atividades. É bastante provável que a leitura da documentação traga outras informações sobre essa organização.

¹⁴ O debate sobre o papel dessas redes de solidariedade na construção de uma identidade e cultura operárias está exposto no capítulo 10, “A formação da cultura da classe operária britânica”, em HOBBSAWM, Eric. *Mundos do trabalho* (2000).

¹⁵ SAVAGE, Mike. “Classe e História do Trabalho”. IN BATALHA, Cláudio H. M. (org) *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Unicamp, 2004.

¹⁶ No Tribunal de Justiça de Campinas, há vários processos abertos por trabalhadores para o cumprimento da Lei de 1919 (acidentes de trabalho), principalmente após 1930.

¹⁷ A Liga Operária de Campinas enviou delegações aos 1º Congresso Operário (1906), 2º Congresso Operário Estadual de São Paulo (1908) e 2º Congresso Operário (1913), de acordo com HALL, Michael. PINHEIRO, Paulo S. *A classe operária no Brasil. Documentos. 1889-1930. O movimento operário*. São Paulo: Alfa-Ômega, v.1,1979.